

## O CURSO GPP NO RN: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PÚBLICA

Alan Daniel Freire de LACERDA  
Maria do Livramento CLEMENTINO  
Soraia M. VIDAL

### I. Origem do curso

O debate acadêmico acerca das políticas públicas tornou-se mais intenso a partir dos anos 80. Os rápidos processos de mudança ocorridos nas sociedades, na última metade do século XX, condicionaram transformações profundas no modo de ação estatal, na natureza das políticas públicas e na própria concepção do papel do Estado na nova conjuntura. Em todo o mundo, discute-se a necessidade de reformar o Estado e, em diferentes países, são experimentadas reformas de natureza e profundidade diversas. Não se deve esquecer também da força das diretrizes reformistas neoliberais que tentam substituir as concepções anteriores, transformando-se numa espécie de pensamento único, em termos do papel a ser desempenhado pelo Estado no contexto de uma economia global.

Como resultado da priorização dessa temática nos vários níveis de governo, os estudos sobre o tema têm crescido tanto em termos qualitativos quanto quantitativos, e esse crescimento vem sendo acompanhado por um aumento dos fundos de financiamento para pesquisas e pela criação de cursos sobre a temática em todos os níveis da formação universitária. Crescem também as redes de intercâmbio, principalmente entre os vários países latino-americanos (mas não só entre eles), envolvendo pesquisadores, universidades e órgãos governamentais e não-governamentais interessados na questão da formulação e da gestão de políticas públicas.

No Brasil, esse movimento se expressa no número crescente de pesquisas, de cursos de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*, no aparecimento, nas universidades e fora delas, das primeiras "Escolas de Governo" e de núcleos de estudos sobre o tema. Mais recentemente, iniciou-se a expansão dos cursos de graduação, a exemplo do bacharelado em Gestão de Políticas Públicas implantado na USP.

Na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, o estudo sobre as políticas públicas vem se desenvolvendo desde a década de 1980. Programas de pós-graduação em diferentes áreas constituíram linhas de pesquisa sobre o assunto. Alguns projetos, envolvendo grupos de pesquisadores de diferentes departamentos, foram realizados, ainda nos anos 1980. Número significativo de professores realizou pós-graduação (mestrado e doutorado) na área ou produziu teses sobre o tema, seja em áreas sociais como as de educação, habitação popular, saúde e assistência social, seja

em áreas específicas como as de política agrícola, urbana, de desenvolvimento, entre outras. Essa temática é objeto de pesquisa de professores de diferentes departamentos, incluindo os de Administração, Arquitetura e Urbanismo, Ciências Sociais, Educação, Geografia, Psicologia, Serviço Social, Economia, Saúde Coletiva e Direito. Muitas pesquisas, no entanto, vêm sendo desenvolvidas, ainda, com frágil articulação institucional, às vezes de forma isolada, prescindindo de um debate interdisciplinar. Apesar disso, os grupos se formaram e os mais consolidados conseguiram avanços significativos em termos de visibilidade regional e nacional, com inserção em projetos de pesquisa interinstitucional envolvendo importantes instituições acadêmicas nacionais.

No âmbito da UFRN, cabe destacar duas importantes iniciativas: a) a criação dos Núcleos Interdisciplinares, entre eles, em 2004, o Núcleo Avançado de Políticas Públicas - NAPP; e b) a criação do Programa "Escola de Governo", como um espaço de formação na área de políticas públicas, realizando cursos de pós-graduação *lato sensu* e cursos de extensão. À época, pesquisadores do NAPP realizaram continuamente ações sistemáticas na Escola de Governo, principalmente na área de formação de recursos humanos para a formulação e gestão de políticas públicas, destacando-se, entre essas ações, o Curso de Especialização de Gestão de Políticas Públicas. O foco do NAPP tem sido a atividade de pesquisa, estando o Núcleo estruturado em três grandes linhas de pesquisa: a) Governos e Gestão Pública; b) Políticas Sociais; c) Políticas de Desenvolvimento (nos enfoques Rural, Urbano, Territorial e Regional). Prioritariamente, os pesquisadores que integram o NAPP são docentes de vários programas de pós-graduação, nos quais desenvolvem ou orientam pesquisas na área. Atualmente são 27 pesquisadores-docentes, sendo cinco Bolsistas de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Os demais pesquisadores associados são da UFRN e de outras instituições, como a UERN, UFERSA, UFPE e UNICAMP, com as quais foi estabelecida forte parceria para realização de pesquisas, publicações e eventos.

Nesse sentido, o Curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas se associou aos objetivos da Escola de Governo e do NAPP. A iniciativa visou dar uma contribuição para o melhoramento do setor público no Rio Grande do Norte, numa perspectiva de formação interdisciplinar dos gestores das organizações governamentais e não-governamentais envolvidas com a formulação e implementação de políticas públicas.

O curso teve dois objetivos específicos:

1. Capacitar os participantes na formulação e avaliação de políticas públicas
2. Fomentar a reflexão e a capacidade de elaboração de diagnósticos sobre as principais questões políticas econômicas e sociais do país.

A oferta do curso pela UFRN foi surpreendida por uma demanda não programada. O número de inscritos revelou-se elevado, na sua maioria gestores de órgãos públicos da administração direta e indireta das três esferas de governo e dos três poderes da

República. Essa demanda veio ainda associada à outra, de caráter privado, representada por profissionais autônomos do direito e de contabilidade, que através de seus escritórios realizam consultorias e assessorias aos órgãos públicos. Esse projeto, que formou três turmas de especialistas em políticas públicas, foi efetivamente a base do futuro Curso de Graduação em Gestão de Políticas Públicas da UFRN.

Essa experiência terminou sendo aperfeiçoada quando da formulação do projeto pedagógico do curso de Gestão de Políticas Públicas, sofrendo influência de outras experiências de cursos de graduação ou de formação continuada em outras instituições universitárias. Destacamos três dessas experiências:

- a) Universidade do Chile (graduação). Em visita a Universidade do Chile, em 2002, houve o primeiro contato com a idéia de criar o GPP. A proposta chilena partia de quatro troncos disciplinares, orientadores da grade curricular: administração pública, direito e direito internacional, ciência política e economia.
- b) USP Leste (graduação). Tivemos oportunidade de acompanhar um pouco a montagem do curso de Gestão de Políticas Públicas, inclusive com a formulação de duas ementas e respectivas bibliografias.
- c) UFBA (formação continuada). Curso de especialização ou atualização coordenado na época por Suzana Moura. Foi dessa iniciativa que nos inspiramos para construir nossa própria proposta por eixos formativos.

## **II. A proposta do curso de Gestão de Políticas Públicas**

Abrindo suas portas para experiências formadoras de profissionais para setores importantes da sociedade, a UFRN criou em 2009 o *Curso de Graduação em Gestão de Políticas Públicas - Bacharelado*, esperando contribuir para o melhoramento do setor público no país, na região e no Rio Grande do Norte, numa perspectiva de formação interdisciplinar dos futuros gestores e técnicas das organizações governamentais e não-governamentais. Esse curso integra o Plano de Expansão da UFRN, conforme princípios e diretrizes do programa Reuni, para o período 2009-2012. Assim, proporciona aumento da oferta de vagas no ensino de graduação, com meta anual para formação de 120 bacharéis gestores em políticas públicas, em um curso com estrutura curricular flexível e capaz de oferecer novos desenhos itinerários formativos. O Departamento de Políticas Públicas, responsável pela gestão e implantação do curso, também foi criado em 2009, no mês de abril.

Importa inicialmente destacar, dentre outras razões para a criação do Curso de Graduação em Gestão de Políticas Públicas - Bacharelado, as perspectivas que ele enseja em termos de pesquisas e atividades de intervenção no campo específico das diversas

áreas da gestão pública, bem como de implementação e avaliação de políticas públicas para o país e a região. A criação desse curso contribui para o aprofundamento teórico do tema, o aprimoramento das pesquisas e a melhoria qualitativa da intervenção da UFRN nessa área específica, ampliando, em particular, os canais de interlocução entre a Universidade e a sociedade norte-riograndense.

O Rio Grande do Norte é um estado carente de gestores com formação própria. Além do quadro do governo do estado, há aqueles de seus 166 municípios, dos quais, de acordo com o critério de tamanho estabelecido pelo IBAM (Instituto Brasileiro de Administração Municipal), cerca de 85% são pequenos, ou seja, com população inferior a 20 mil habitantes. Por outro lado, a descentralização das políticas públicas no Brasil se faz não só com a distribuição de recursos às esferas sub-nacionais pela União. A Constituição de 1988 distribuiu muitos encargos, e os estados e municípios carecem de gestores capacitados para bem formular e implementar as políticas locais.

Portanto, diante de uma miríade de problemas que se colocam, a criação do Curso de Graduação em Gestão de Políticas Públicas - Bacharelado na UFRN visa contribuir para:

- a) profissionalizar os quadros dos governos, possibilitando diminuir o número de cargos comissionados e de confiança;
- b) combater o esfacelamento institucional, promovendo a melhor integração entre os níveis de governo, os setores dos governos, os poderes constituídos e as políticas públicas setoriais;
- c) debelar a corrupção, o clientelismo e o corporativismo no serviço público brasileiro;
- d) estabelecer articulações e conexões entre os governos e a sociedade no sentido de promover mecanismos de interlocução, entre os quais estão incluídos os consórcios e as parcerias público-privadas;
- e) estabelecer canais permanentes de diálogo entre os governos e a sociedade, consolidando e aperfeiçoando as estruturas já existentes de promoção da democracia participativa, como os conselhos, os orçamentos participativos, as consultas públicas, entre outras, e possibilitando o estabelecimento de novos mecanismos.

O gestor de políticas públicas está no centro de qualquer transformação que possa vir a ocorrer no papel desempenhado pelo Estado no futuro. Há necessidade não somente de treinamento ou reciclagem dos gestores públicos, mas de prepará-los para assumir novas atribuições de forma mais adaptável, flexível, produtiva e criativa. Acredita-se, serão eles que presidirão o desaparecimento do antigo e o surgimento de novo padrão de gestão em padrões de profissionalismo mais exigentes.

Com esse curso, a UFRN pretende contribuir para as transformações do governo e da sociedade, formando gestores de políticas públicas, atuantes em qualquer nível de governo e nas instituições sociais de caráter público (não necessariamente governamental). Urge preparar gestores capazes de formular, implementar e avaliar políticas, considerando a participação pública e a responsabilidade social de cada instituição. Vale ainda salientar que o perfil do profissional proposto não elimina a necessidade de os governos terem em seus quadros os demais profissionais, como advogados, arquitetos e urbanistas, sociólogos, antropólogos, cientistas políticos, economistas, administradores públicos, contadores, ou assistentes sociais. A formação proposta aos novos gestores de políticas públicas enfatiza o trabalho em equipes interdisciplinares.

O formando do Curso de Graduação em Gestão de Políticas Públicas - Bacharelado deverá ser capaz de exercer atividades de nível superior, relacionadas com a gestão governamental e de instituições sociais, como também aquelas relacionadas com a formulação, a implementação e a avaliação de políticas públicas, compreendendo ações de direção, consultoria, assessoramento, planejamento, coordenação e execução.

Em termos de competências e habilidades, o *gestor em políticas públicas* formado pela UFRN deverá ser capaz de:

- a) trabalhar em equipes multiprofissionais e com gestão participativa;
- b) aplicar métodos qualitativos e quantitativos, com visão global e interdisciplinar;
- c) assumir posições de liderança no desenvolvimento das atividades de direção, coordenação, consultoria, assessoria, planejamento, execução e avaliação de políticas públicas;
- d) tomar decisões e gerenciar políticas públicas, com base nos princípios cidadãos de justiça social e participação;
- e) compreender os fenômenos e as necessidades que envolvem a vida moderna, a existência do cidadão e a sociedade contemporânea;
- f) compreender as relações entre o Estado e a Sociedade no mundo atual, os fundamentos teóricos da agenda contemporânea, a dinâmica das organizações públicas e sociais, sua cultura e seu comportamento;
- g) analisar os modelos e os instrumentos de gestão pública, a estruturação de organismos governamentais e não governamentais formuladores e implementadores de políticas públicas;
- h) compreender o papel do dirigente e do gestor público, com atribuições de integrar programas de políticas públicas, de otimizar recursos públicos, de reformular programas e projetos, de monitorar e avaliar políticas públicas;

- i) selecionar e utilizar instrumentos de políticas públicas de modo a estabelecer relações intergovernamentais e interinstitucionais e promover a interlocução, a negociação e a formalização de resultados;
- j) compreender os princípios básicos do serviço público brasileiro e das organizações sociais não-governamentais nos três níveis de governo;
- k) formular políticas públicas, propondo estruturas e modelos de gerenciamento;
- l) propor a simplificação e o aperfeiçoamento dos modelos gerenciais, demonstrando iniciativa e criatividade.

### **III. Organização curricular do curso**

O curso tem duração mínima de 3 anos, distribuídos em 6 semestres, e máxima de 4 anos e meio, em 9 semestres. A carga horária compreende 2410 horas nos vários componentes curriculares assim distribuídas: 50 créditos em disciplinas obrigatórias, perfazendo uma carga horária de 750 horas/aula em disciplinas obrigatórias; e 84 créditos em disciplinas optativas, perfazendo um total de 1260 horas/aula; e 400 horas em atividades complementares dinamicamente articuladas. O ingresso de novos alunos por vestibular ocorre somente no segundo semestre do ano.

O trabalho de conclusão do curso (TCC) é componente curricular obrigatório. Constitui-se em um dos espaços formativos capazes de proporcionar ao formando o aprofundamento e a proficiência no campo da pesquisa e prática, associadas à gestão das políticas públicas. O trabalho poderá ser na forma monográfica ou tomar a forma de plano, projeto, diagnóstico ou outra produção compatível com a natureza do curso, sendo examinado publicamente por, no mínimo, dois avaliadores eleitos pelo Colegiado, sendo um deles, preferencialmente, externo.

Cabe destacar a necessária articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão universitária na gestão do Curso de Graduação em Gestão de Políticas Públicas. Há na UFRN, em particular no CCHLA, vários grupos que se dedicam aos estudos sobre o planejamento e a gestão governamental, como também à realização de cursos de especialização e divulgação, promoção de eventos, consultorias e outras atividades. As atividades complementares são espaços programados pelo curso e de livre iniciativa dos alunos.

Os quadros 1 e 2 são ilustrativos da estrutura inovadora adotada no Curso de Graduação em Gestão de Políticas Públicas – Bacharelado da UFRN. As disciplinas são distribuídas em cinco formações e ministradas durante 6 (seis) semestres.

### QUADRO 1. OFERTA DE DISCIPLINAS E ATIVIDADES

Formação / Semestres	Primeiro	Segundo	Terceiro	Quarto	Quinto	Sexto
Formação Geral	Análise e representação de dados e informações	Estadística aplicada para o gestor de políticas públicas Produção de texto I	Metodologia e técnicas de pesquisa	Produção de texto II	Tópicos Especiais II Tópicos Especiais III	Língua estrangeira
Formação do Cidadão	Agenda contemporânea I Estado e sociedade	Agenda contemporânea II	Estado de Direito e cidadania	Cultura política e engajamento cívico Cultura organizacional	Tópicos Especiais IV Tópicos Especiais V	Atores sociais, democracia e participação
Organização social e dos governos	Transformações econômicas, políticas e sociais no Brasil Introdução ao Direito Administrativo	Sistemas de governo Organização do Estado brasileiro	Sistemas eleitorais e partidários (30h/a) Partidos políticos e eleições no Brasil	Economia do setor público Orçamento e financiamento do setor público brasileiro	Tópicos Especiais VI Tópicos Especiais VII	As agências multilaterais
Gestão pública	Introdução às políticas públicas	Atores políticos e sociais Gestão pública no Brasil contemporâneo	Gestão e instituições sociais Gestão do território	Gestão municipal e metropolitana Tópicos especiais I	Tópicos Especiais VIII Tópicos Especiais IX Tópicos Especiais X	Gestão participativa
Planejamento e Políticas Públicas (Obrigatórias)	<b>Ateliê de gestão de políticas públicas I</b>	<b>Ateliê de gestão de políticas públicas II</b>	<b>Ateliê de gestão de políticas públicas III</b>	<b>Ateliê de gestão de políticas públicas IV</b>	<b>Ateliê de gestão de políticas públicas V</b>	<b>Ateliê VI – TCC</b> <b>Registro de atividades complementares</b>

### QUADRO 2. DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA E CRÉDITOS POR FORMAÇÃO

Formação	Carga	%	Créditos	%	Créditos	%
----------	-------	---	----------	---	----------	---

	<b>horária</b>	<b>Aprox.</b>			<b>mínimos</b>	<b>Aprox.</b>
Formação geral	240	10	16	12	7	43
Formação do cidadão	255	11	17	13	7	41
Organização social e dos governos	330	14	22	16	9	41
Gestão pública	435	18	29	22	12	44
Planejamento e políticas públicas	750	31	50	37	Disciplinas obrigatórias	100
Atividades Complementares	400	16	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>2.410</b>	<b>100</b>	<b>134</b>	<b>100</b>	<b>81</b>	<b>60</b>

Cada formação diz respeito a uma habilidade que deve ser exercitada e apreendida pelos alunos do curso. Na *Formação Geral*, estão incluídas disciplinas de cunho mais instrumental e técnico, para desenvolver as habilidades de produção de texto, organização e análise de dados e informações e língua estrangeira. Na *Formação do Cidadão*, são oferecidas disciplinas de conhecimentos gerais sobre o estado da arte das teorias sobre o Estado e a Sociedade, como também sobre o desenvolvimento econômico, social e político do mundo contemporâneo. Na formação *Organização Social e dos Governos*, estão incluídas as disciplinas sobre como são constituídas e funcionam as instituições e os órgãos públicos e sociais. Na *Gestão Pública*, são analisadas, em cada nível de governo e nas instituições sociais, as formas e modelos de gestão mais adotados. Essas quatro formações constituem o corpo de disciplinas optativas, sendo obrigatório cursar pelo menos o número mínimo de créditos de acordo com o Quadro 2.

Para garantir a necessária distribuição da escolha das disciplinas nas quatro formações, o aluno tem que cursar, pelo menos, 41% dos créditos da formação (ver indicações no Quadro 2). Os créditos não obtidos segundo a oferta do curso poderão ser cursados em qualquer outro curso da UFRN (ou IFES), desde que durante o período em que o aluno esteja matriculado no Curso e com o aval da Coordenação ou do Colegiado do Curso. Com isso, o aluno – junto com o seu *Orientador Acadêmico* – poderá construir o próprio perfil de seu curso, buscando a formação complementar desejada. Poderá, portanto, cursar disciplinas – se disponíveis – em cursos como os de Ciências Sociais, Geografia, História, Economia, Direito, Administração, Assistência Social, Saúde Pública, Educação, Arquitetura e Urbanismo, entre outros.

A formação *Planejamento e Políticas Públicas* contém as disciplinas e atividades obrigatórias do curso. Nos seis Ateliês de Gestão de Políticas Públicas, o aluno poderá exercitar as habilidades práticas relativas ao exercício do planejamento e gestão de políticas públicas, como a formulação de planos, projetos, programas, relatórios, pareceres, levantamentos, análises, diagnósticos etc. No sexto e último semestre do curso, na disciplina Ateliê de Gestão de Políticas Públicas VI, o aluno deverá desenvolver seu TCC. O TCC é componente curricular obrigatório. Constitui-se em espaço formativo

capaz de proporcionar ao formando o aprofundamento e a proficiência no campo da pesquisa e prática associadas à gestão das políticas públicas.

Todos os Ateliês são ministrados por 2 (dois) ou 3 (três) professores, sendo, para cada um, destinada carga horária superior à metade (se forem dois professores) ou mais de um terço (se forem três) da carga horária da disciplina – a critério do Chefe do Departamento –, para garantir que os professores trabalhem juntos na sala de aula. Poderão participar ainda dos Ateliês os bolsistas de pós-graduação em estágio docência ou docência assistida e, quando convidados, os orientadores acadêmicos e os professores orientadores de TCC, no caso dos Ateliês de Gestão de Políticas Públicas V e VI. Para integralização da carga horária total, o aluno ainda deverá comprovar ter realizado, ao longo do curso, atividades complementares no total de 400 horas.

Não há pré-requisito entre as disciplinas, mas os Ateliês são ofertados apenas uma vez por ano, sendo os de número ímpar no primeiro semestre, e os de número par no segundo. Há na grade também disciplinas de ementa livre, conhecidas como tópicos especiais. À exceção dos ateliês, cuja carga horária é grande, quase todas as disciplinas do curso tem 30 horas de aula presencial.

O curso oferece disciplinas teóricas e teórico-práticas (Ateliês). Nas disciplinas das formações *Gestão Pública* e *Planejamento e Políticas Públicas*, uma parte da carga horária (indicada no Quadro 1 por +15, +30 e +60) é dedicada às atividades de laboratório, incluindo procedimentos não presenciais. O aluno conta com recursos de informática, base de dados e documentação para realização dessas atividades.

Semestralmente, no início do período letivo, será realizado um *Seminário de Preparação do Semestre*, com carga horária de até 8 horas, a ser contabilizado como *Atividade Complementar*, no qual serão explicitados aos alunos o planejamento do semestre, os programas das disciplinas e o *Tema Integrador* que balizará os trabalhos em todas as disciplinas e todas as turmas naquele semestre.

A *Orientação Acadêmica* auxilia a Coordenação e o aluno na escolha das disciplinas durante a matrícula e acompanha a vida acadêmica do discente desde o início até a conclusão do seu curso.

Enfim, considerando o objetivo do curso, o perfil delineado para o formando, as competências e habilidades que deverão ser desenvolvidas, a formação está fundamentada em dois eixos articulados: um humanista e outro instrumental. Nessa perspectiva, as disciplinas e atividades pedagógicas deverão proporcionar o entendimento sobre os princípios da ética, do respeito, da promoção dos direitos humanos, da justiça social, da participação política e da legalidade democrática. Os estudos são interdependentes de tal forma que ao gestor seja possível a compreensão

crítica de qual deva ser o melhor desenho de política pública para o serviço público brasileiro.

Todos os componentes curriculares se relacionam, na perspectiva de articular o conhecimento teórico com a ação prática. Assim, desenvolvemos atividades pedagógicas que estimulem a elaboração e a implementação de agendas públicas. Sem viés tecnicista, o curso objetiva instrumentalizar o aluno com ferramentas e procedimentos metodológicos para o diagnóstico abrangente dos problemas e a busca de soluções adequadas. O gestor de políticas públicas deve ser capaz de elaborar um diagnóstico adequado, construir indicadores de monitoramento e avaliação e levar em conta as demandas provenientes da sociedade, incluindo os movimentos sociais e as instituições representativas dos diversos interesses em pauta. Em conformidade com as diretrizes e os princípios do programa Reuni, as disciplinas e as atividades do Curso devem propiciar ao aluno uma visão plural, interdisciplinar e intersetorial da gestão de políticas públicas, conferindo-lhe autonomia intelectual e profissional para dar continuidade à sua formação, fazendo frente às novas demandas e às rápidas transformações sociais e tecnológicas.

#### **IV. Futuro do curso**

O GPP da UFRN conta neste momento (maio de 2011) com apenas duas turmas, compostas por ingressantes de 2009 e 2010. Os primeiros formandos serão conhecidos somente em meados de 2012, quando estará em vias de entrar no curso sua quarta turma. Trata-se, portanto, de uma experiência nova, com diversos e progressivos desafios que se colocam para o corpo docente e discente, em especial a primeira turma. Não sabemos, por exemplo, como será a inserção de nossos graduados no mercado de trabalho. A complexidade de operar uma estrutura curricular tão flexível também gera compreensíveis queixas entre membros da turma de 2009, que às vezes se sentem como objetos de um experimento ainda em aberto.

O curso deverá passar por uma revisão da grade após a formatura dos primeiros alunos, mas já é possível divisar perspectivas alvissareiras para nosso "experimento". Importa registrar, por exemplo, que GPP tem sido bem visto pela Reitoria e demais instâncias da UFRN, em virtude da avaliação de que figuramos como um dos modelos da aplicação do Reuni na instituição. Tal avaliação faz com que as demandas por material humano docente tenham sido razoavelmente atendidas, o que permite o planejamento do atendimento de futuras turmas. Neste momento, o Departamento de Políticas Públicas, responsável principal pela demanda docente de nosso bacharelado, tem onze

professores efetivos e uma docente substituta, havendo perspectivas de contratação de novos integrantes no médio prazo.

Nosso grupo já recebeu sondagens, inclusive, a respeito da possibilidade de criação de novo curso, possivelmente associado ao principal, GPP. O quadro futuro é, portanto, de expansão e complexidade, havendo o cuidado central de garantir o funcionamento e consolidação da experiência até aqui realizada.

### **Bibliografia consultada**

ABRAMO, Pedro (org). **A Cidade da Informalidade**. O Desafio das Cidades Latino-Americanas. Rio de Janeiro: Livraria Sete Letras, FAPERJ, 2003.

ALMEIDA, Maria Doninha de. (Org.). **Projeto Político-Pedagógico**. EDUFRN / UFRN. Natal: 1999. (Coleção pedagógica, n. 1)

BECKER, Bertha; MIRANDA, Mariana. **Tecnologia e Gestão do território**. Rio de Janeiro. Editora da UFRJ.

CORREA, Sílvio Marcus de Souza. (org.) **Capital Social e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul. EDUNISC.2003

DOWBOR, Ladislau. **Reprodução Social**. Petrópolis: Vozes. 2003

\_\_\_\_\_. **A comunidade inteligente: Visitando experiências de gestão local**. Polis/BID. São Paulo, 2001

FISCHER, Tânia. **Gestão Contemporânea. Cidades estratégicas e organizações locais**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1996.

OSORIO, Letícia Marques. **Estatuto da Cidade e Reforma Urbana: Novas Perspectivas para as cidades brasileiras**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2002

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz e CARDOSO, Adauto Lucio. **Reforma Urbana e Gestão Democrática**. Promessas e desafios do Estatuto da Cidade.

SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos. **Democracia e Governo Local: Dilemas da Reforma Municipal no Brasil**. Rio de Janeiro: REVAN. FASE, 2001.

SAULE JR, Nelson (Coord.) **Direito à Cidade**. Trilhas legais para o direito às cidades sustentáveis. São Paulo: PÓLIS/ Max Limonad, 1999.

SILVA, Maria Lúcia Santos Ferreira de. **Projeto Político-Pedagógico: orientações para sua elaboração**. PROGRAD / UFRN. Natal: 2007.

SOUSA, Marcelo Lopes de. **Mudar a Cidade: uma introdução crítica do planejamento e a gestão urbanas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. USP. **Proposta de nova estrutura curricular de graduação em gestão de políticas públicas**. Disponível em: <[www.usp.gov.br](http://www.usp.gov.br)>; Acesso em 23/4/2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. UFRN. **Plano de Expansão e Reestruturação – REUNI / UFRN**. Natal: 2008.

\_\_\_\_\_. **Regulamento dos Cursos de Graduação**. Resolução n. 103 – CONSEPE, de 19 de setembro de 2006. UFRN. Natal: 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. UFBA. **Programa de capacitação profissional avançada em gestão pública**. CPA – *Gestor público*. UFBA. Salvador: 1993.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. UFRN. **Regimento Interno do Núcleo Avançado de Políticas Públicas**.